



Autora
Elmana Viana Lucena Esmeraldo

MANUAL DE CONTAS ELEITORAIS

Manual Prático de Arrecadação
e Gastos de Recursos em Campanha
e de Prestação de Contas Eleitorais

Área específica
Direito Eleitoral

Trata-se do 1º Manual Prático de Contas Eleitorais lançado no Brasil.

Em linguagem acessível e objetiva, a presente obra expõe, de maneira didática, todas as regras relacionadas à arrecadação e a gastos de recursos em campanha, à elaboração, processamento e julgamento das prestações de contas correlatas e ao Direito Processual a ela associado, atualizadas pela Lei nº 13.165/2015, pela Resolução do TSE nº 23.463/2015 e pelo novo Código de Processo Civil.

A abordagem teórico-programática dos temas, construída a partir da experiência adquirida nos mais de dez anos como servidora da Justiça Eleitoral e escritora de obras de Direito Eleitoral, é complementada com modelos de documentos, atos judiciais e peças, visando facilitar o trabalho de candidatos, representantes de órgãos partidários, contadores, advogados, servidores da Justiça Eleitoral, membros do Ministério Público, Juízes Eleitorais e demais partícipes do processo eleitoral.

Áreas afins
Campanha Eleitoral - Prestação
de Contas Eleitorais.

Público-alvo/consumidores
Advogados, servidores da justiça eleitoral, juízes, promotores, contadores, membros de partidos políticos, candidatos.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001008

E74m	Esmeraldo, Elmana Viana Lucena Manual de contas eleitorais: manual prático de arrecadação e gastos de recursos em campanha e de prestação de contas / Elmana Viana Lucena Esmeraldo. – Belo Horizonte : Fórum, 2016. 381p. ISBN: 978-85-450-0163-8 1. Campanha eleitoral. 2. Arrecadação de recursos. 3. Prestação de contas. 4. Legislação. I. Título.
2016-136	CDD 324.7 CDU 342.849.2

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ESMERALDO, Elmana Viana Lucena. Manual de contas eleitorais: manual prático de arrecadação e gastos de recursos em campanha e de prestação de contas. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 381p. ISBN 978-85-450-0163-8.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	23
PARTE I	
ARRECADAÇÃO E GASTOS DE RECURSOS NA CAMPANHA	
ELEITORAL.....	27
1 Considerações iniciais.....	27
1.1 Financiamento de campanha eleitoral.....	27
1.1.1 Financiamento Público.....	27
1.1.2 Financiamento Privado.....	29
1.2 Responsabilidade pela arrecadação de recursos e realização de gastos na campanha.....	29
1.2.1 Extinção dos Comitês Financeiros.....	29
2 Atos preparatórios da campanha eleitoral.....	29
2.1 Registro de candidatura.....	30
2.2 Inscrição no CNPJ.....	31
2.2.1 Situações impeditivas para atribuição do CNPJ de campanha.....	32
2.2.2 Alteração e cancelamento do CNPJ.....	33
2.3 Recibos eleitorais.....	33
2.3.1 Preenchimento do Recibo Eleitoral.....	34
2.3.2 Desnecessidade de emissão do Recibo Eleitoral.....	35
2.3.3 Sistema de Requisição de Recibos Eleitorais.....	37
2.3.4 Utilizando o Sistema de Recibos Eleitorais (SRE).....	37
2.3.4.1 Cadastro de senha.....	37
2.3.4.2 Ativar senha cadastrada.....	38
2.3.4.3 Acesso ao sistema.....	38
2.3.4.4 Requisição de recibos.....	39
2.3.4.5 Exportar faixa de recibos.....	39
2.3.4.6 Emissão dos recibos no SPCE.....	39
2.3.4.7 Importar recibos utilizados no SPCE cadastro.....	39
2.4 Conta bancária específica de campanha.....	40
2.4.1 Tipos de contas.....	41
2.4.1.1 Identificação das contas de campanha.....	44

2.4.2 Prazos para a abertura da conta bancária.....	44
2.4.3 Local de abertura da conta bancária.....	45
2.4.4 Documentos e informações necessários à abertura da conta.....	46
2.4.5 Sistema de Requerimento de Abertura de Conta (SRAC).....	47
2.4.6 Emissão do RAC pelos órgãos partidários.....	47
2.4.7 Emissão do RAC pelos Candidatos.....	47
2.4.8 Informações importantes acerca da abertura da conta bancária.....	47
2.4.9 Obrigações do banco.....	48
2.4.10 Abertura de conta de candidato ou representante de partido inscrito no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF).....	49
2.4.11 Extratos bancários.....	50
2.4.12 Extratos bancários eletrônicos.....	50
2.4.13 Contas de campanha e sigilo bancário.....	51
2.4.14 Encerramento da conta bancária.....	51
2.4.14.1 Encerramento da conta bancária de campanha de candidatos e partidos políticos.....	51
2.4.14.2 Encerramento da conta bancária ordinária do partido político.....	52
2.4.15 Movimentação de recursos financeiros fora da conta específica de campanha.....	52
3 Arrecadação de recursos.....	53
3.1 Origem dos recursos.....	53
3.1.1 Fontes vedadas.....	54
3.1.1.1 Proibição de doações por pessoas jurídicas para a campanha.....	55
3.1.1.1.1 Doação por firma individual.....	56
3.1.1.1.2 Doação por Cartórios de Serviços Notariais e de Registro.....	57
3.1.1.1.3 Doações por servidores e agentes públicos.....	58
3.1.1.1.4 Doações por autoridades públicas a partidos políticos.....	59
3.1.1.2 Devolução de recursos oriundos de fontes vedadas.....	59
3.1.1.3 Transferência de recursos de fontes vedadas para outros candidatos e partidos políticos.....	60
3.1.1.4 tutela inibitória para obstar a utilização de recursos oriundos de fonte vedada.....	60
3.1.2 Recursos de Origem Não Identificada (RONI).....	61
3.1.2.1 Medidas a serem adotadas na identificação de recursos de origem não identificada.....	62
3.1.2.2 Tutela inibitória para obstar a utilização de recursos de origem não identificada.....	63
3.2 Doações.....	64
3.2.1 Espécies de doação.....	64
3.2.1.1 Doação de recursos financeiros.....	64
3.2.1.2 Doação ou cessão temporária de bens e serviços estimáveis em dinheiro.....	65
3.2.1.2.1 Informações que deverão constar na prestação de contas e no recibo eleitoral, relativas às doações e às cessões de bens ou serviços estimados em dinheiro.....	66
3.2.1.2.2 Como estimar o valor do bem ou do serviço doado ou cedido.....	67
3.2.1.2.3 Utilização de bens do próprio candidato em sua campanha.....	67
3.2.1.2.4 Exemplos de doações de bens ou de serviços estimados e suas peculiaridades.....	68
3.2.1.2.4.1 Cessão de direito de uso de veículo.....	68
3.2.1.2.4.2 Doação de “santinhos”.....	68
3.2.1.2.4.3 Doação de combustível.....	69
3.2.1.2.4.4 Doação de gravação de programas de rádio e TV.....	69
3.2.1.2.4.5 Cessão de direito de uso de muro para fazer propaganda eleitoral.....	69
3.2.1.2.4.6 Cessão de direito de uso de veículo para afixação de adesivos.....	70
3.2.1.2.4.7 Cessão de direito de uso de imóvel x serviços de água e energia.....	70
3.2.2 Origem das doações.....	71
3.2.2.1 Utilização de recursos próprios do candidato na sua campanha.....	71
3.2.2.1.1 Recursos obtidos mediante empréstimos pessoais.....	72
3.2.2.2 Doações entre candidatos ou entre candidato e partido político.....	72

3.2.2.3 Repasse de recursos de partidos políticos a candidatos ou a outros partidos.....	73
3.2.2.4 Doações por pessoas física.....	75
3.2.3 Limites de doação.....	75
3.2.3.1 Limite de doações por pessoas físicas.....	75
3.2.3.1.1 Limite às doações de recursos financeiros por pessoas físicas.....	75
3.2.3.1.2 Limite às doações estimáveis em dinheiro por pessoas físicas.....	76
3.2.3.1.3 Situações específicas na aferição dos limites de doação por pessoa física.....	77
3.2.3.1.4 Apuração do limite de doações por pessoas físicas.....	79
3.2.3.1.4.1 Quebra do sigilo fiscal.....	79
3.2.3.2 Limite de utilização de recursos próprios do candidato na campanha.....	80
3.2.3.3 Consequências da doação acima do limite legal.....	82
3.3 Recursos provenientes da comercialização de bens e/ou serviços e da realização de eventos.....	82
3.4 Doação de recursos pela Internet.....	84
3.4.1 Requisitos para a arrecadação de recursos por cartão de crédito....	85
3.4.2 Período de Arrecadação de recursos pela Internet.....	86
3.4.3 Informações prestadas pelas operadoras de cartão de crédito.....	87
3.5 Recursos dos partidos políticos.....	87
3.5.1 Aplicação dos recursos na campanha pelos partidos políticos.....	89
3.5.1.1 Aplicação de recursos do fundo próprio nas campanhas.....	90
3.5.1.2 Aplicação de recursos partidários obtidos para a campanha eleitoral.....	92
3.5.1.3 Aplicação de recursos oriundos do fundo partidário.....	93
3.6 Data limite para a arrecadação de recursos e realização de despesas.....	94
3.6.1 Assunção de dívida de campanha.....	95
3.6.2 Dívidas de campanha não assumidas pelo partido político.....	97
3.7 Documentos necessários para comprovação das arrecadações de recursos.....	97
3.7.1 Comprovação da arrecadação de recursos financeiros.....	97
3.7.1.1 Comprovação da ausência de movimentação de recursos financeiros.....	98
3.7.1.2 Comprovação da utilização de recursos financeiros próprios.....	98
3.7.2 Comprovação das doações de bens.....	99
3.7.3 Comprovação das cessões temporárias.....	100
3.7.4 Comprovação das doações de serviços.....	100
3.7.5 Avaliação do bem ou serviço estimado em dinheiro.....	100
3.7.6 Admissão de outros meios de prova das arrecadações.....	101
4 Gastos eleitorais.....	101
4.1 Gastos eleitorais sujeitos ao registro e aos limites fixados em lei.....	101
4.1.1 Gastos com contratações de contador e de advogado.....	102
4.1.2 Gastos com pagamento de multa eleitoral.....	105
4.2 Termo inicial para a realização de gastos eleitorais.....	105
4.2.1 Gastos que podem ser contratados antes do termo inicial para a realização de despesas.....	106
4.3 Limites de gastos em campanha.....	107
4.3.1 Limites de gastos com alimentação e aluguel de veículos.....	110
4.4 Meios de pagamento dos gastos eleitorais.....	111
4.5 Despesas de pequeno valor.....	112
4.5.1 O que vem a ser uma despesa de pequeno valor?.....	112
4.5.2 Fundo de caixa de partido político.....	113
4.5.3 Fundo de caixa do candidato.....	113
4.5.4 Complementação do valor do fundo de caixa.....	114
4.5.5 Sobras do fundo de caixa.....	114
4.5.6 Comprovação das despesas de pequeno vulto.....	114
4.6 Documentação necessária à legitimação das despesas.....	115
4.6.1 Comprovação dos gastos por documento fiscal.....	115
4.6.2 Comprovação dos gastos por meio de recibo.....	115

4.6.3	Comprovação dos gastos por outros meios idôneos de prova.....	115	
4.6.4	Comprovação de gastos com passagens aéreas.....	116	
4.6.5	Apresentação de documentos comprobatórios de gastos à Justiça Eleitoral.....	116	
4.6.6	Gastos dispensados de comprovação na prestação de contas.....	117	
4.7	Gastos realizados pelo eleitor em benefício de candidato.....	119	
4.8	Gastos efetuados por candidato ou partido em benefício de outro candidato ou partido político.....	120	
4.9	Gastos com a veiculação de material impresso de propaganda.....	120	
4.10	Gastos com a instalação física de comitê de campanha.....	121	
4.11	Responsabilidade pelo pagamento dos gastos eleitorais efetuados por candidatos.....	121	
4.12	Ausência de gastos eleitorais.....	122	
4.13	Contratação de pessoas para trabalhar nas campanhas.....	122	
4.13.1	Ausência de vínculo empregatício.....	122	
4.13.2	Recolhimento de obrigações tributárias.....	123	
4.13.3	Limite para contratação de pessoal nas campanhas.....	124	
4.13.4	Militância não remunerada.....	127	
4.14	Manobras indevidamente utilizadas para mascarar gastos realizados nas campanhas.....	128	
4.15	Medidas judiciais para apurar a veracidade dos gastos eleitorais.....	130	
5	Das sobras de campanha.....	130	
5.1	Destinações das sobras de campanha.....	131	
5.2	Transferência das sobras de campanha aos partidos políticos.....	131	
5.2.1	Transferência das sobras financeiras.....	132	
5.2.2	Transferência das sobras não financeiras.....	133	
5.2.3	Ausência de transferência das sobras.....	133	
6	Fiscalização da movimentação de recursos em campanha.....	134	
6.1	Realização de diligências de ofício ou por requerimento.....	134	
6.2	Informações de doações e gastos em campanha.....	135	
6.2.1	Sistema de informações durante a campanha (IDC).....	136	
6.3	Fiscalização externa.....	137	
6.4	Envio de notas fiscais eletrônicas à Justiça Eleitoral.....	139	
6.4.1	Resposta ao ofício encaminhado pela Justiça Eleitoral.....	140	
6.4.2	Cancelamento de notas fiscais eletrônicas.....	141	
6.5	Tutela inibitória ou preventiva para obstar a utilização de recursos de origem não identificada ou de fonte vedada.....	141	
7	Dicas importantes para a arrecadação e gastos de recursos em campanha.....	142	
7.1	Recebendo doações de recursos de pessoas físicas.....	142	
7.2	Utilizando recursos próprios na campanha.....	143	
7.3	Contratando pessoas para trabalhar na campanha.....	144	
7.4	Adquirindo produtos e serviços.....	144	
7.5	Dicas finais na arrecadação e gastos de campanha.....	144	
PARTE II			
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA.....			147
1	Considerações iniciais.....	147	
1.1	Legislação.....	147	
1.2	Objetivos do controle das contas de campanha pela Justiça Eleitoral.....	148	
1.3	Administrador financeiro.....	148	
1.4	Responsabilidade pela elaboração e envio da prestação de contas à Justiça Eleitoral.....	149	
1.4.1	Responsabilidade pela veracidade das informações constantes na prestação de contas.....	149	
1.5	Contratação obrigatória de profissional habilitado em contabilidade e de advogado.....	150	
1.5.1	Falta de constituição de advogado.....	151	
1.6	Quem deve apresentar a prestação de contas.....	152	
1.6.1	Dissidência partidária e prestação de contas.....	153	
1.7	Quem deve assinar a prestação de contas.....	154	

1.8 Competência para julgar as contas de campanha.....	154
1.8.1 Impedimento e suspensão.....	154
1.9 Ausência de movimentação de recursos de campanha.....	154
1.10 Omissão de informações na prestação de contas.....	155
1.10.1 Omissão de gastos e os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.....	156
1.11 Sistema de Prestação de Contas Eleitorais - SPCE.....	156
1.11.1 Como encaminhar a prestação de contas à Justiça Eleitoral.....	157
1.12 Intimação nas prestações de contas de campanha.....	158
1.12.1 Contagem dos prazos nas prestações de contas de campanha.....	159
1.12.2 Atualização dos sistemas processuais com publicação de decisões e intimações.....	160
1.13 Dicas iniciais para organizar a prestação de contas.....	160
2 Relatórios financeiros e prestação de contas parcial.....	161
2.1 Relatórios financeiros de arrecadações.....	161
2.1.1 Ausência das informações relativas às arrecadações no relatório financeiro.....	161
2.1.2 Retificação das informações relativas às arrecadações no relatório financeiro.....	161
2.2 Prestação de Contas Parcial.....	162
2.2.1 Prazo para envio da prestação de contas parcial à Justiça Eleitoral.....	162
2.2.2 Não apresentação da prestação de contas parcial.....	163
2.2.3 Retificação da prestação de contas parcial.....	163
2.2.4 Autuação da prestação de contas parcial e início da análise.....	163
3 Prestação de Contas Final.....	164
3.1 Prazo para entrega da prestação de contas final.....	164
3.1.1 Retificação de dados após o envio da prestação de contas final....	165
3.1.2 Procedimento – ausência de prestação de contas.....	166
3.1.3 Apresentação das contas pelo vice.....	168
3.2 Tipos de prestação de contas final.....	168
3.3 Prestação de Contas Final Completa.....	168
3.3.1 Peças e documentos a serem apresentados.....	168
3.3.2 Informações obrigatórias na prestação de contas final.....	169
3.3.3 Documentos obrigatórios na prestação de contas final completa.....	173
3.3.4 Outros documentos que podem ser requeridos pela Justiça Eleitoral.....	176
3.3.5 Documentos comprobatórios das arrecadações de recursos.....	178
3.3.5.1 Documentos comprobatórios da utilização de recursos próprios.....	178
3.3.5.2 Documentos comprobatórios das doações recebidas de pessoas físicas.....	179
3.3.5.3 Documentos comprobatórios das doações recebidas de candidatos e partidos políticos.....	180
3.3.6 Documentos comprobatórios dos gastos eleitorais.....	180
3.3.7 Conferência antes da entrega da prestação de contas.....	181
3.3.8 Processamento e julgamento da prestação de contas.....	182
3.3.8.1 Protocolo, registro e autuação.....	182
3.3.8.2 Disponibilização das informações e dos extratos eletrônicos na Internet.....	183
3.3.8.3 Encaminhamento dos autos ao responsável pela análise técnica.....	183
3.3.8.4 Publicação de edital.....	183
3.3.8.5 Impugnação à prestação de contas.....	183
3.3.8.6 Da análise técnica e do julgamento das contas.....	184
3.3.8.6.1 Requisição de técnicos e colaboradores para análise das contas.....	184
3.3.8.6.2 Processamento, batimento e geração de relatórios.....	185
3.3.8.6.3 Relatório preliminar de diligências.....	186
3.3.8.6.4 Manifestação em cumprimento às diligências.....	188
3.3.8.6.4.1 Orientações recomendadas no cumprimento das diligências.....	188
3.3.8.6.4.2 Apresentação de prestação de contas retificadora no cumprimento às	

diligências.....	189
3.3.8.6.5 Análise técnica.....	189
3.3.8.6.5.1 Circularizações.....	190
3.3.8.6.5.2 Pedido de quebra dos sigilos fiscal e bancário.....	190
3.3.8.6.5.3 Novas diligências após a análise técnica.....	191
3.3.8.6.6 Manifestação em cumprimento às diligências.....	191
3.3.8.6.7 Emissão de Parecer Técnico Conclusivo (PTC).....	192
3.3.8.6.8 Manifestação do prestador de contas após a emissão do parecer técnico.....	193
3.3.8.6.9 Vistas ao Ministério Público.....	194
3.3.8.6.10 Manifestação após a emissão do parecer do Ministério Público Eleitoral pela rejeição de contas.....	195
3.3.8.6.11 Decisão.....	195
3.3.8.6.11.1 Conteúdo da decisão.....	198
3.3.8.6.12 Publicação da decisão.....	200
3.3.8.6.13 Recursos.....	200
3.3.8.6.13.1 Recurso eleitoral.....	201
3.3.8.6.13.2 Recurso especial eleitoral.....	201
3.3.8.6.13.3 Recurso extraordinário.....	201
3.4 Da prestação de contas simplificada.....	202
3.4.1 Quem pode apresentar a prestação de contas simplificada.....	202
3.4.2 Informações e documentos que devem constar na prestação de contas simplificada.....	203
3.4.3 Processamento da prestação de contas simplificada.....	204
3.4.3.1 Elaboração, envio, recebimento, processamento e impugnação da prestação de contas simplificada.....	204
3.4.3.2 Análise técnica da prestação de contas simplificada.....	205
3.4.3.3 Manifestação do prestador de contas.....	206
3.4.3.4 Manifestação do Ministério Público Eleitoral.....	206
3.4.3.5 Decisão.....	206
3.4.3.5.1 Conversão do rito simplificado em rito ordinário e apresentação de prestação de contas retificadora completa.....	206
3.5 Consequências da desaprovação das contas.....	208
3.5.1 Consequências da desaprovação das contas para o candidato.....	208
3.5.2 Consequências da desaprovação das contas para o partido político.....	208
3.5.2.1 Registro da decisão no SICO – Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias.....	209
3.5.2.2 Responsabilidade dos dirigentes partidários.....	210
3.5.3 Outras consequências da desaprovação das contas para o candidato e o partido político.....	210
3.5.3.1 Devolução dos recursos oriundos de fonte vedada ou de origem não identificada.....	210
3.5.3.2 Devolução dos recursos oriundos do Fundo Partidário.....	211
3.6 Prestação de contas retificadora.....	211
3.6.1 Processamento da Prestação de Contas Retificadora.....	213
3.6.1.1 Protocolo, registro e juntada.....	213
3.6.1.2 Encaminhamento de cópias do extrato ao Ministério Público e ao impugnante.....	213
3.6.1.3 Encaminhamento à unidade ou ao responsável técnico e continuidade do processamento.....	213
4 Processo de contas não prestadas.....	214
4.1 Não apresentação das contas de campanha.....	214
4.2 Outros casos de contas não prestadas.....	216
4.3 Consequências do julgamento das contas como não prestadas.....	216
4.4 Divulgação dos candidatos que não prestaram contas.....	218
4.5 Pedido de regularização da situação após julgamento das contas como não prestadas.....	218
4.5.1 Objetivo.....	219
4.5.2 Hipóteses de cabimento.....	219
4.5.3 Prazo.....	219
4.5.4 Competência.....	219
4.5.5 Legitimados ativos.....	220

4.5.6 Procedimento.....	220	
4.5.6.1 Requerimento.....	220	
4.5.6.2 Autuação.....	220	
4.5.6.3 Efeito.....	220	
4.5.6.4 Processamento da prestação de contas apresentadas após o julgamento como não prestadas.....	221	
4.5.6.5 Julgamento.....	221	
4.5.6.6 Atualização da situação no cadastro eleitoral.....	222	
4.6 Fiscalização da prestação de contas.....	223	
4.6.1 Acompanhamento das prestações de contas.....	223	
4.6.2 Conservação dos documentos.....	224	
4.7 A prestação de contas e a falsidade ideológica para fins eleitorais.....	224	
PARTE III		
DIREITO PROCESSUAL ASSOCIADO À PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA.....		227
1 Impugnação à prestação de contas.....	229	
1.1 Fundamento legal.....	229	
1.2 Legitimidade ativa.....	230	
1.3 Hipóteses de cabimento.....	230	
1.4 Prazo.....	230	
1.5 Procedimento.....	231	
1.5.1 Impugnação à prestação de contas de candidato eleito ou dos respectivos partidos políticos, inclusive, coligados.....	231	
1.5.1.1 Petição inicial.....	231	
1.5.1.2 Autuação.....	231	
1.5.1.3 Notificação.....	231	
1.5.1.4 Manifestação do impugnado.....	232	
1.5.1.5 Manifestação do Ministério Público.....	232	
1.5.1.6 Apensamento.....	232	
1.5.1.7 Julgamento.....	232	
1.5.2 Impugnação à prestação de contas de candidato não eleito ou aos respectivos partidos políticos, inclusive, coligados.....	233	
1.5.2.1 Petição inicial.....	233	
1.5.2.2 Autuação.....	233	
1.5.2.3 Notificação.....	233	
1.5.2.4 Manifestação do impugnado.....	233	
1.5.2.5 Manifestação do Ministério Público.....	233	
1.5.2.6 Encaminhamento dos autos à unidade técnica.....	233	
1.5.2.7 Julgamento.....	234	
1.5.3 Impugnação à prestação de contas retificadora.....	234	
2 Medidas judiciais para apurar a veracidade dos gastos eleitorais.....	234	
2.1 Apresentação de provas pelos fornecedores.....	235	
2.2 Medidas cautelares e produção antecipada de provas para apurar a veracidade dos gastos eleitorais.....	236	
2.2.1 Medida cautelar de busca e apreensão.....	236	
2.2.2 Medida cautelar de exibição de documentos.....	237	
2.2.3 Produção antecipada de provas.....	237	
3 Outras medidas judiciais.....	238	
3.1 Quebra de sigilo bancário e fiscal.....	238	
3.2 Tutela inibitória ou preventiva para obstar a utilização de recursos de origem não identificada ou de fonte vedada.....	240	
4 Medidas cautelares.....	241	
4.1 Objetivo.....	242	
4.2 Hipóteses de cabimento.....	243	
4.3 Competência.....	243	
4.4 Legitimidade ativa.....	243	
4.5 Legitimidade passiva.....	244	
4.6 Espécies.....	244	
4.6.1 Tutela cautelar de caráter antecedente.....	244	
4.6.2 Tutela cautelar de caráter incidental.....	244	

4.7 Procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	245
5 Representação por doação acima do limite legal (art. 23 da Lei nº 9.504/97).....	246
5.1 Fundamentação legal.....	247
5.2 Objetivo.....	248
5.3 Hipóteses de cabimento.....	248
5.4 Competência.....	251
5.5 Legitimidade.....	251
5.5.1 Legitimidade ativa.....	251
5.5.2 Legitimidade passiva.....	252
5.6 Prazo.....	252
5.7 Sanções e consequências.....	252
5.8 Fiscalização para fins de propositura da representação eleitoral...254	
5.9 Procedimento.....	255
5.9.1 Medidas preparatórias para a obtenção dos dados necessários à propositura da representação por doação acima do limite legal.....	256
5.9.2 Quebra do sigilo fiscal.....	256
5.9.3 Pedido.....	257
5.9.4 Efeitos da decisão condenatória.....	258
5.10 Recursos.....	258
5.11 Situações específicas.....	260
5.12 Doação ilícita, captação ilícita de recursos e abuso de poder.....	263
6 Representação por captação e gastos ilícitos em campanha (art. 30-A da Lei nº 9.504/97)	263
6.1 Fundamento legal.....	264
6.2 Objetivo.....	264
6.3 Hipóteses de cabimento.....	265
6.3.1 Captação ilícita de recursos com finalidade eleitoral.....	265
6.3.2 Gastos ilícitos de recursos com finalidade eleitoral.....	266
6.4 Competência.....	268
6.5 Legitimidade.....	269
6.5.1 Legitimidade ativa.....	269
6.5.2 Legitimidade passiva.....	271
6.6 Litisconsórcio.....	272
6.6.1 Litisconsórcio ativo.....	272
6.6.2 Litisconsórcio passivo.....	272
6.7 Prazo.....	276
6.7.1 Termo inicial.....	276
6.7.2 Termo final.....	276
6.8 Sanções e consequências.....	276
6.9 Procedimento.....	279
6.9.1 Petição inicial.....	279
6.9.1.1 Capacidade postulatória.....	281
6.9.1.1.1 Arquivamento de procuração e comunicação do número de fax para fins de citação.....	281
6.9.1.2 Indeferimento da petição inicial ou julgamento liminar improcedente do pedido.....	282
6.9.2 Despacho inicial e suspensão do ato.....	283
6.9.2.1 Análise do pedido de liminar.....	284
6.9.3 Citação e defesa.....	285
6.9.3.1 Revelia.....	287
6.9.3.2 Reconvenção e réplica.....	287
6.9.4 Manifestação do representante.....	287
6.9.5 Julgamento conforme o estado do processo.....	287
6.9.6 Fase probatória.....	288
6.9.7 Audiência de instrução.....	292
6.9.8 Diligências.....	294
6.9.9 Alegações finais.....	295
6.9.10 Vistas ao Ministério Público Eleitoral.....	296
6.9.11 Decisão.....	296
6.9.11.1 Condenação em honorários advocatícios.....	297
6.9.11.2 Litigância de má-fé.....	297
6.9.12 Potencialidade da Conduta X Princípio da Proporcionalidade.....	298
6.9.13 Efeitos da decisão condenatória.....	299

6.9.14 Efeitos da decisão condenatória.....	300
6.10 Recursos.....	301
6.10.1 Efeitos dos recursos.....	303
6.10.1.1 Pedido de efeito suspensivo e de suspensão da inelegibilidade....	304
6.11 Prestação de contas desaprovadas.....	304
6.12 Infração ao art. 30-A da Lei nº 9.504/97 e abuso de poder.....	305
REFERÊNCIAS.....	307

ANEXOS

MODELOS DE DOCUMENTOS A SEREM UTILIZADOS NA ARRECADAÇÃO E GASTOS DE RECURSOS EM CAMPANHA	
MODELO - TERMO DE AUTORIZAÇÃO.....	313
MODELO - INSTRUMENTO DE DOAÇÃO - TERMO DE DOAÇÃO DE BEM.....	314
MODELO - TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO PARA FINS ELEITORAIS (Imóvel para funcionamento do Comitê de Campanha).....	315
MODELO - TERMO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO PARA FINS ELEITORAIS (Veículo).....	316
TERMO DE DOAÇÃO DE SERVIÇOS (Geral).....	317
TERMO DE DOAÇÃO DE SERVIÇOS (Doador: Contador).....	318
MODELO - CONTRATO DE LOCAÇÃO DE BEM MÓVEL.....	319
MODELO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA CAMPANHA ELEITORAL.....	322
MODELO - RECIBO DE PAGAMENTO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	325
MODELOS DE DOCUMENTOS A SEREM UTILIZADOS NA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CAMPANHA	
MODELO DE PETIÇÃO - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA - FINAL.....	327
MODELO - CERTIDÃO - IMPOSSIBILIDADE DE VALIDAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	328
MODELO - CHECK LIST DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO....	329
MODELO - EDITAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL.....	331
MODELOS - CERTIDÕES DE PUBLICAÇÃO E DECURSO DE PRAZO (Sem impugnação).....	332
MODELOS - CERTIDÕES DE PUBLICAÇÃO E DECURSO DE PRAZO (Com impugnação).....	333
MODELO - RELATÓRIO PRELIMINAR PARA EXPEDIÇÃO DE DILIGÊNCIAS	334
MODELO - OFÍCIO - NOTIFICAÇÃO PARA O CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS.....	336
MODELO - CERTIDÃO - NOTIFICAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS	337
MODELO - OFÍCIO - NOTIFICAÇÃO - IMPUGNAÇÃO À PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	338
MODELO - CERTIDÃO - NOTIFICAÇÃO DA IMPUGNAÇÃO À PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	339
MODELO - CERTIDÃO DE DECURSO DE PRAZO.....	340
MODELO - CERTIDÃO ARMAZENAMENTO DE OBJETO.....	341
MODELO - CERTIDÃO DE COMPARECIMENTO PARA ASSINATURA DE DOCUMENTO.....	342
MODELO - TERMO DE CONSTATAÇÃO DE GASTOS ELEITORAIS.....	343
MODELO - TERMO DE FISCALIZAÇÃO DE EVENTO.....	344
MODELO - ROTEIRO DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA.....	346
MODELO - PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO (Sem diligências - Sem irregularidades).....	358
MODELO - PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO (Ausência de Movimentação de Recursos).....	360
MODELO - PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO (Com diligências - Irregularidades apuradas).....	362
MODELO - PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS.....	365
MODELO - PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO PELO JULGAMENTO DAS CONTAS COMO NÃO PRESTADAS.....	366
MODELO SIMPLES DE SENTENÇA - APROVAÇÃO DAS CONTAS.....	367
MODELO - SENTENÇA PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS I.....	367
MODELO - SENTENÇA PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS II.....	368
MODELO - SENTENÇA PELA DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.....	372
MODELO DE SENTENÇA - CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS.....	377